

Políticas de *accountability* na Educação Básica: repercussões no Sistema Educacional de Maracanaú (CE)

Larissa Martins Dantas¹
Prefeitura de Maracanaú (CE)
dantas.larissa@hotmail.com

Lucas Melgaço da Silva²
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
lucas2melgaco@gmail.com

Resumo

O objetivo desta investigação é apresentar as políticas que traduzem estratégias de *accountability*, em particular a política instituída de bonificação atrelada a resultados, implementada pelo Município de Maracanaú (Ceará). O estudo possui abordagem qualitativa com combinações metodológicas de revisão de literatura, na qual investigou a produção científica que trata da temática da avaliação educacional brasileira e da implementação de mecanismos de *accountability* na última década; e documental, que analisou os documentos legais e normativos referentes às políticas de avaliação e ao estabelecimento de mecanismos de responsabilização e de prestação de contas na Educação Básica Brasileira, exemplificadas a partir do município citado. O estudo mostra a implementação e o fortalecimento dessas idéias em todo o contexto nacional, inclusive no contexto municipal pesquisado, considerando a responsabilização, meritocracia e performance docente.

Palavras-chave: Avaliação Educacional. Resultados Educacionais. Responsabilização. Educação Básica.

Accountability policies in Basic Education: repercussions in Maracanaú's Educational System (CE)

Abstract

The objective of this investigation is to present the policies that translate accountability strategies, in particular the policy of bonus linked to results, implemented by the Municipality of Maracanaú. The study has a qualitative approach with methodological combinations of literature review, in which it investigated the scientific production that deals with the theme of Brazilian educational evaluation and the implementation of accountability mechanisms in the last decade; and documentary, which analyzed the legal and normative documents referring to evaluation policies and the establishment of accountability and accountability mechanisms in Brazilian Basic Education, exemplified from the aforementioned municipality. The study shows the implementation and strengthening of these ideas throughout the national context, including the municipal context researched, considering accountability, meritocracy and teacher performance.

Keywords: Educational Assessment. Educational Results. Accountability. Basic Education.

¹ Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

² Mestre e Doutor em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do Grupo Saúde, Educação e Avaliação (SEDA). Bolsista de Pós-Doutorado no Projeto "Pandemia da Covid-19 na Educação Superior: avaliação dos impactos sobre a saúde mental de discentes e servidores, bem como sobre o desempenho de Instituições de Ensino Superior (IES)", financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) - Processo 88887.657724/2021-00 (Edital nº 12/2021), sob a coordenação do Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola.

Políticas de rendición de cuentas en la Educación Básica: repercusiones en el Sistema Educativo de Maracanaú (CE)

Resumen

El objetivo de esta investigación es presentar las políticas que traducen estrategias de rendición de cuentas, en particular la política instituida de bonificación vinculada a los resultados, implementada por el Municipio de Maracanaú (Ceará). El estudio tiene un enfoque cualitativo con combinaciones metodológicas de revisión de literatura, en el que investigó la producción científica que trata el tema de la evaluación educativa brasileña y la implementación de mecanismos de rendición de cuentas en la última década; y documental, que analizó los documentos legales y normativos referentes a las políticas de evaluación y establecimiento de mecanismos de rendición de cuentas en la Educación Básica brasileña, ejemplificados en el citado municipio. El estudio muestra la implementación y fortalecimiento de estas ideas en todo el contexto nacional, incluido el contexto municipal investigado, considerando la rendición de cuentas, la meritocracia y el desempeño docente.

Palabras clave: Evaluación Educativa. Resultados educativos. Responsabilidad. Educación básica.

1 Introdução

Os últimos trinta e cinco anos na política educacional brasileira são marcados pelo viés avaliador e sua influência no cotidiano escolar e educacional de escolas e municípios. As avaliações de sistema no Brasil tornaram-se “[...] um dos eixos estruturantes das reformas da administração pública e das formas de governo reinventadas”, passando a afetar muitos outros domínios das políticas educativas (AFONSO, 2013, p. 271). As relações entre política e avaliação educacional têm se apresentado de forma mais contundente nas instituições escolares, fomentando, de acordo com Albuquerque, Ferreira e Barreira (2022), uma cultura avaliativa que proporciona, dentre outras questões, transformações nos contextos organizacionais, curriculares e pedagógicos das escolas.

Em estudo sobre a temática, Bonamino e Sousa (2012) traçaram três gerações de avaliação da Educação Básica no Brasil. A primeira enfatiza a avaliação com caráter diagnóstico, sem consequências diretas para as escolas e currículo. A segunda geração contempla a divulgação pública dos resultados para as escolas e comunidade em geral. E a terceira, são aquelas que referenciam políticas de responsabilização e, com base em seus resultados, surtem sanções ou recompensas aos que dela fazem parte.

No Estado do Ceará, Oliveira, Costa e Vidal (2021) revelam que as iniciativas de responsabilização adotadas por municípios têm como objetivo melhorar resultados de aprendizagem. Algumas destas iniciativas estão associadas a políticas de bonificação, resultando em incentivos financeiros a professores, gestores e funcionários das redes públicas escolares.

A prática é uma espécie de replicação da ação estadual que desde 2007 vem fortalecendo mecanismos de responsabilização pelos resultados municipais atrelados a vantagens financeiras. Costa e Vidal (2021, p. 140) analisam que “[...]”

as mudanças na regra do rateio do ICMS configuram-se como um instrumento de *accountability* com implicações materiais sobre as redes municipais cearenses”.

A *accountability* em linhas gerais é um conceito relacionado à responsabilidade atribuída aos agentes públicos no resultado final de processos, podendo estes serem prejudicados ou aclamados (ANDRIOLA, 2001). A partir de estudos de Afonso (2009a; 2009b; 2013), Silva (2016) e Costa e Vidal (2021) podemos compreender como esse conceito foi se ramificando na política educacional e alterando as configurações relacionadas à qualidade educacional.

Seguindo a esteira da gestão voltada aos resultados observada no Estado do Ceará, o município de Maracanaú, pertencente a região metropolitana da capital Fortaleza, ganhou destaque nos últimos anos apresentando em sua conjuntura política ações de impacto na organização e responsabilização de seu sistema de ensino.

O estudo em tela possui abordagem qualitativa com combinações metodológicas de revisão de literatura e documental. O objetivo é apresentar as políticas que traduzem estratégias de *accountability*, em particular a política instituída de bonificação atrelada a resultados implementada pela Prefeitura Municipal de Maracanaú.

2 Metodologia

A pesquisa bibliográfica investigou a produção científica que trata da temática da avaliação educacional brasileira e da implementação de mecanismos de *accountability* na última década, considerando a busca desses termos em plataformas, tais como Scielo, Periódicos da Capes e Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações. Logo, procuramos ações voltadas ao uso dos resultados das avaliações com fortes consequências para a escola e seus profissionais, quais sejam: as políticas de bonificação de professores por desempenho.

Quanto a pesquisa documental, percorreu acerca da análise da relação das idéias colhidas a partir da pesquisa bibliográfica, com o que ponderam os documentos legais e normativos referentes às políticas de avaliação e ao estabelecimento de mecanismos de responsabilização, como no caso do que pondera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), além de prestação de contas na Educação Básica brasileira e no município investigado, a partir da criação de Sistema Nacional, Estadual e Municipal de avaliação.

O artigo está organizado em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro tópico apresenta os principais conceitos com base na literatura estudada que norteiam este estudo, apresentando um panorama sobre a política educacional com ênfase em resultados e suas implicações. Em seguida, as características da política educacional de Maracanaú-CE e as ações implementadas pelo município no tocante ao tema.

3 O conceito de *accountability* e a política educacional voltada aos resultados

A busca por uma redefinição do papel dos Estados-Nação no final da década de oitenta propõem a atuação mínima no setor econômico e nas políticas sociais, defendendo a liberdade de mercado. As políticas públicas federais, a partir de então, passam a adotar o modelo de administração pública gerencial em que o Estado passa de executor para avaliador e regulador (SILVA, 2016).

A expressão *Estado Avaliador* significa a adoção, por parte do Estado, de um “[...] *ethos* competitivo, *neodarwinista*, passando a admitir a lógica de mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos *resultados* ou *produtos* dos sistemas educativos.” (AFONSO, 2009b, p.49). Para Andriola, o “[...] chamado *Estado Avaliador* define uma centralidade substantiva para a avaliação, pois acredita que é ela a base da mudança, capaz de garantir, através da normatização, resultados e produtos que assegurem a eficiência das instituições” (ANDRIOLA, 2008, p. 128).

Afonso (2009b) complementa o conceito indicando exemplos de práticas típicas do Estado-Avaliador, a saber: (i) adoção de uma cultura gerencialista no setor público, (ii) criação de mecanismos de controle e responsabilização mais sofisticados, (iii) criação de indicadores facilmente identificáveis, (iv) exigência no acompanhamento dos níveis de educação nacional e (v) necessidade de manutenção de altos padrões de inovação científica e tecnológica que possam enfrentar a competitividade internacional.

Pode-se inferir que tais práticas têm permeado o cenário político brasileiro nas últimas décadas, especialmente a partir do lançamento do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) em 2007, juntamente com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, lançado no mesmo ano. Tendo por base a possibilidade de redirecionamento das políticas de Educação, os programas de avaliação têm se apresentado de forma cada vez mais contundente nas instituições escolares, criando uma cultura avaliativa e favorecendo transformações na realidade organizacional e pedagógica das redes de ensino.

O termo *accountability* possui origem inglesa e não tem tradução exata, geralmente sendo associado à responsabilização ou prestação de contas. Está presente na literatura inglesa desde a década de 1970, tendo sido introduzido no Brasil no início dos anos 1990 (NARDI; SCHNEIDER, 2012). É válido salientar que o termo transita entre áreas do conhecimento (no caso específico, da ciência política para as ciências da educação) e evolui a partir de contextos sociais e discursos aos quais estará vinculada, configurando-se um conceito em expansão (COSTA; VIDAL, 2020).

Nardi e Schneider (2012) esclarecem que o vocábulo se refere tanto ao dever da administração pública de prestar contas à sociedade, como ao direito dos cidadãos de controlar a ação de seus governantes, ilustrando assim a polissemia da palavra e a transitoriedade entre áreas do conhecimento. Costa e Vidal (2020) asseveram que a *accountability* é anunciada em diferentes

condições: políticas, modelos, mecanismos, ferramentas ou estratégias. Os autores destacam:

Como política educacional, abordam a ação do Estado na promoção de ações que visem o controle sobre redes de ensino e profissionais da educação, tendo como elemento caracterizador os sistemas de avaliação e visando solucionar conflitos na área da educação. Nessas políticas identificam-se mecanismos, ferramentas e estratégias de responsabilização: impactos materiais ou simbólicos sobre agentes públicos, com desenhos diversos. (p. 11).

A chegada do termo às terras tupiniquins coincidiu com o discurso de renovação pós Ditadura Militar, descentralização política e autonomia dos entes federados. Agregando-se ainda o foco na (necessária) melhoria da qualidade educacional brasileira. A pressão por uma redefinição do papel do Estado com características neoliberais induziu a reformas educacionais significativas nos anos 2000 em que é possível verificar a centralidade atribuída às avaliações em larga escala e por conseguinte, estratégias de *accountability* com objetivo expresso de melhoria da qualidade do ensino.

Para Freitas (2007), o Estado brasileiro obteve a legitimação de sua proposta de uma avaliação centralizada, externa aos sistemas e às escolas, e pautada nos “princípios político-administrativos e pedagógicos que enfatizaram a administração gerencial, a competição e a *accountability*, na perspectiva de uma lógica de mercado” (p. 187). Esse modelo se caracteriza por uma regulação avaliativa centralizada no governo federal e orientada pelos princípios da administração gerencial que estimulam a competitividade e responsabilização de agentes educacionais.

É possível observar que a dinâmica federal se replicou em modelos estaduais e municipais em todo o país ao longo dos últimos anos (ALAVARSE; BRAVO; MACHADO, 2013; FREITAS; OVANDO, 2015; COSTA; VIDAL; MONTE; VIEIRA, 2019). Tais estudos concordam que o fortalecimento da avaliação nacional subsidiou o desenvolvimento de iniciativas municipais e a utilização destas como instrumentos de gestão educacional e escolar.

De acordo com Brooke e Cunha (2011) a *accountability* no contexto educacional estabelece a associação entre os resultados de aprendizagem e as consequências para sistemas, escolas, professores e/ou alunos. Passone (2014) indica que as políticas de responsabilização na educação brasileira escondem os problemas educacionais, ao elencar os professores como principais responsáveis pela oferta de ensino de qualidade. Para o autor,

A responsabilização na educação básica brasileira vem ocorrendo em detrimento da melhoria de elementos estruturais relacionados ao processo educacional, tornando-se apenas um procedimento de racionalização dos recursos existentes, sem aportar investimentos substanciais às escolas (PASSONE, 2014, p. 443).

Corroborando com a premissa acima, Novaes (2013) aponta que a avaliação da aprendizagem educacional foi pouco considerada como investimento, relacionando-se mais com a punição do que com o crescimento e a melhoria do trabalho docente.

Essa política de premiações segue uma tendência debatida por Bonamino e Sousa (2012). As autoras identificaram em alguns sistemas de avaliação a criação de políticas de responsabilização, que em seu teor contemplam “[...] sanções ou recompensas em decorrência dos resultados de alunos e escolas. Nesse caso, incluem-se experiências de responsabilização explicitadas em normas e que envolvem mecanismos de remuneração em função de metas estabelecidas”. (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 375).

Seguindo a lógica das autoras, no Brasil podemos identificar o momento atual das políticas educacionais de avaliação como sendo de segunda e terceira gerações. O IDEB, inclusive, consiste em importante instrumento para a instituição de mecanismos de *accountability*, pois seu resultado é divulgado por escolas, municípios e estados. Além da publicização dos resultados, algumas redes de ensino usam o índice como critério para premiação das escolas e dos sujeitos nela envolvidos, como o caso do município investigado nesse estudo.

Cassettari (2012) expõe três modelos principais de remuneração de professores vinculada ao desempenho existentes no país: pagamento por mérito individual, bonificação com base no resultado das escolas e pagamento com base nos conhecimentos e habilidades dos professores.

O pagamento por mérito individual em geral possui o bônus em dinheiro e é destinado aos professores que mais se destacarem em avaliações individuais (cujos critérios são determinados por cada instituição e programa), recompensando-os por seus esforços e estimulando os demais membros do corpo docente a melhorarem seu desempenho. Esse modelo também prevê o resultado da avaliação como um *feedback* do trabalho realizado, isto é, um instrumento de apoio à autoavaliação do professor sobre sua performance.

No modelo de bonificação com base nos resultados das escolas todos os professores (e em alguns casos também os funcionários e até mesmo os alunos) das escolas que alcançarem objetivos previamente estabelecidos devem ser premiados, sendo que sua principal meta é melhorar resultados obtidos nas avaliações externas. Nesse caso, nota-se a compreensão de que os resultados alcançados pela escola são um produto do esforço de diferentes atores. As premiações podem ser materiais e equipamentos para a escola ou o pagamento de adicionais aos salários dos professores. Contudo, é válido observar que “trata-se sempre de um bônus ao final da avaliação e não de um acréscimo salarial permanente, fazendo com que os professores tenham que reconquistar os seus prêmios ao final de cada processo avaliativo” (Idem, p. 8).

O terceiro modelo explanado por Cassettari (2012) remunera a aquisição de determinados conhecimentos e habilidades adquiridas pelo professor. Esse modelo, também chamado de pagamento por competências, busca valorizar o desenvolvimento e a qualificação profissional dos professores. Porém é um modelo de difícil avaliação, por não existir um consenso sobre quais seriam as habilidades prioritárias e qual melhor forma de avaliá-las.

Consoante Mendes (2021), a escola, em especial a pública, sempre careceu de políticas nacionais que pudessem favorecer o ensino a partir da construção de sua autonomia, inclusão e diversidade, todavia, estudos indicam que práticas de responsabilização acompanhadas de sanções e recompensas, caso da bonificação, podem afetar o comportamento docente no trato com os alunos, com os colegas de trabalho, com as comunidades escolares e até mesmo na sua consciência enquanto profissional (BALL, 2005; SCHERER, 2020).

A institucionalização dessas políticas produz reflexos na escola nem sempre benéficos (ARAÚJO; LEITE; ANDRIOLA, 2019). Bonamino e Sousa (2012, p. 383) destacam que:

[...] evidências nacionais e internacionais mostram que principalmente o uso de resultados das avaliações de terceira geração para informar iniciativas de responsabilização forte pode envolver riscos para o currículo escolar. Um deles é a situação conhecida como *ensinar para o teste*, que ocorre quando os professores concentram seus esforços preferencialmente nos tópicos que são avaliados e desconsideram aspectos importantes do currículo, inclusive de caráter não cognitivo.

Ball (2005) evidencia que professores adquirem uma característica ligada à performatividade que os leva a se responsabilizar pelos resultados obtidos em testes e, portanto, o sistema não analisa profundamente outros fatores como estrutura escolar e comunidade atendida. Tal afirmação é corroborada por Costa e Vidal (2020) ao observarem que

[...] a discussão da avaliação de desempenho confirma sua condição *sine qua non* para atos de *accountability*, no entanto, é questionado o fato de as redes de ensino não oferecerem condições estruturais e serem submetidas às técnicas redutoras das avaliações. (p. 14).

De acordo com Freitas (2012), um sistema de responsabilização é formado pelos seguintes elementos: testes para estudantes, divulgação pública do desempenho da escola e a implementação de recompensas e sanções. Para o autor, as recompensas e punições formam o caráter meritocrático desse sistema, uma vez que a própria divulgação pública dos resultados da escola consiste, por si só, em uma forma de recompensa ou sanção. Desse modo, “a meritocracia é uma categoria [...] que perpassa a responsabilização” (p. 383).

Nesse íterim, os professores são encorajados a darem o melhor de si, aumentando sua produtividade, buscando agregar novos resultados, elevando seu desempenho. A performance docente precisa ser fabricada, validada por meio de seus resultados, trazendo incertezas e instabilidades (BALL, 2010).

Como se vê, *accountability* educacional interrelaciona-se com a política educacional voltada à resultados, dentro de um contexto histórico favorável às práticas neoliberais que conduzem alterações sobre a qualidade da educação pública, performatividade e meritocracia. Seguimos a reflexão abordando os atos de *accountability* identificados no município de Maracanaú-CE.

4 **Accountability: responsabilização e bonificação em Maracanaú-CE**

Maracanaú é um município pertencente à Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), considerada a maior “cidade-dormitório” e o maior centro industrial do Ceará. O nome Maracanaú tem origem tupi, e significa “lagoa onde as maracanãs bebem”, referindo-se à grande quantidade de aves que sobrevoavam suas lagoas quando do crescimento do povoado. Seus colonizadores foram indígenas de Jaçanaú, Mucunã e Cágado, no século XVII.

O povoado tornou-se Vila do Santo Antônio do Pitaguary em 6 de maio de 1882 e tornou-se distrito de Maranguape em 1906. Foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual n.º 10.811, de 04 de julho de 1983. Em 1991 passou por uma nova divisão territorial que resultou em sua atual configuração, os dois distritos: Maracanaú (sede) e Pajuçara.

Entre os municípios que formam a Região Metropolitana de Fortaleza, Maracanaú é o terceiro em contingente populacional, abaixo somente de Fortaleza e Caucaia. Em termos estaduais, é o quarto município mais populoso do Ceará. O Produto Interno Bruto (PIB) do Município está centralizado fundamentalmente no setor industrial.

Na estrutura da Secretaria de Educação de Maracanaú destacamos a Diretoria de Avaliação, cuja nomenclatura originária era Coordenadoria. Criada em 2009 no contexto de crescimento das avaliações externas e propagação do IDEB, a coordenadoria nasceu com o objetivo de trabalhar junto às escolas da rede na preparação, organização, tabulação de dados e estudos das avaliações externas municipais, estaduais e federais. A política educacional de Maracanaú conta com duas importantes políticas de *accountability* e tem neste setor, seu principal órgão avaliador e executor.

Associando a importância do monitoramento e acompanhamento da aprendizagem discente, uma das principais incumbências da atual Diretoria de Avaliação surgiu após a implantação, em 2008, da Lei nº 1.269/07, regulamentada pelo Decreto nº 2.010/09 e pelo Decreto nº 3.045/2014 que sistematiza avaliação com os alunos do 1º ano do Ensino Fundamental, a fim de monitorar o nível de proficiência dos discentes nos eixos de leitura e escrita, na fase de alfabetização. Baseada nos Parâmetros Curriculares e na Matriz Curricular do município, foi criada uma Matriz de Referência que engloba as habilidades que deverão ser dominadas pelos alunos nessa série/ano.

No escopo da lei encontramos ainda as regras para bonificação de seus respectivos professores mediante os resultados obtidos. Após aplicação dos instrumentos avaliativos, no final do ano letivo, na turma que obtiver o percentual mínimo de 90% (noventa por cento) de acertos na prova, o professor da referida turma terá um acréscimo 10% (dez por cento) no seu vencimento-base, no ano subsequente. Caso a turma tenha mais de um docente, esse percentual é dividido entre eles, proporcionalmente à carga horária de cada um na turma.

Silva (2016) nos relata sobre o processo, indicando que a elaboração e a aplicação dessa avaliação são realizadas pela própria equipe da Secretaria Municipal de Educação, por meio da Diretoria de Avaliação e Monitoramento (DAM). A tabulação dos dados é sistematizada em uma plataforma específica,

trabalho esse também desenvolvido na diretoria. Consolidados, os resultados dessa avaliação são apresentados a gestores e professores por meio de gráficos específicos.

De acordo com Dantas (2015) é possível inferir que essa política é um reflexo das ações do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Estado do Ceará (SPAECE) na rede municipal de ensino, estimulando a responsabilização dos professores no trabalho de alfabetização no 1º ano, uma vez que esse componente é cobrado no ano/série seguinte (2º ano) pelo SPAECE. O referido programa se destaca por ser uma política educacional institucionalizada no cenário nacional e estar associado à bonificação de municípios a partir de seus resultados.

O pioneirismo cearense, como um dos primeiros estados a criar o seu próprio sistema de avaliação é tema de dissertações e artigos que explicitam a trajetória e evolução do SPAECE (COSTA; LIMA, 2013; LIMA, 2007; SANTOS, 2010; DANTAS, 2015; ARAÚJO, 2016; COSTA, 2020). O sistema vem adotando políticas de responsabilização por resultados e fortalecendo a concepção de um Estado Avaliador, refletindo ainda na ampliação de sistemas municipais. (VIDAL; COSTA, 2021; SILVA; ANDRIOLA, 2023).

A outra política de *accountability* observada em Maracanaú antecede, porém, relaciona-se também com a criação da Diretoria de Avaliação. Em 2007 foi criada a Lei 1.269/2007, que instituiu o Abono Remuneratório Especial, que corresponde a uma parcela de 100% (cem por cento) do vencimento para servidores de escolas que atingissem ou superassem o IDEB.

Os parâmetros eram orientados conforme as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação quando da criação do IDEB em 2007, com metas projetadas até o ano de 2022. O referido abono era pago a cada dois anos, a partir dos resultados obtidos com o índice. De acordo com o Decreto 1.914/2008, que regulamenta a lei, o servidor tinha direito ao abono “desde que se somem pelo menos nove meses do ano letivo em escolas contempladas” (Inciso 2º; Art. 1º).

A partir de mudanças percebidas no contexto educacional do município, além de impasses com a categoria de profissionais do magistério, nos últimos anos a referida lei passou por algumas alterações. A mais recente, sancionada já no ano de 2022, de forma excepcional, - Lei 3.213/2022 - prevê uma bonificação variável entre 50% e 100% do vencimento base, considerando a mesma lógica de observação anteriormente apontada: escolas que atingiram ou superaram as metas do IDEB no ano de 2021.

Para os anos seguintes, considerando a reorganização do sistema municipal de educação no contexto avaliativo, além da oneração da folha de pagamento alegada pelo poder executivo municipal, a lei será novamente readequada, passando a considerar como parâmetro de observação o Índice de Desenvolvimento Escolar (IDE), resultante das avaliações aplicadas pelo SPAECE, o qual se consolida como principal influenciador - ou talvez o único - das políticas de *accountability* desse município.

5 Considerações finais

Este trabalho buscou apresentar políticas que traduzem estratégias de *accountability*, em particular a política de bonificação atrelada a resultados, implementadas pela Prefeitura Municipal de Maracanaú-CE. A pesquisa de cunho teórico buscou esclarecer conceitos e interligar reflexões, enquanto a análise documental abordou as políticas relacionadas à responsabilização encontradas no município pesquisado.

Observamos a polissemia do conceito *accountability*, e como este se relaciona à política educacional e de avaliação, em particular alinhando-se à qualidade educacional. O emprego do termo tem se modificado, ao se referir tanto ao dever da administração pública de prestação de contas à sociedade, como ao direito dos cidadãos em controlar a ação de seus governantes.

A relação com prestação de contas e responsabilização também são atribuídas à figura do professor e sua performance, alterando em dados momentos a sua prática. Associa-se ainda à bonificação monetária com base nos resultados, fortalecendo a idéia de responsabilização, meritocracia e performatividade docente.

No município pesquisado foi possível observar a implementação de leis que estimulam a *accountability*, induzindo o senso de responsabilidade por parte do professor e da escola no alcance de metas previamente estabelecidas. Tal consideração é observada, uma vez que o principal condutor dessa política é o próprio Município, através da Diretoria de Avaliação, da Secretaria Municipal de Educação, influenciada principalmente pelos contornos da política de avaliação estadual presentes no SPAECE, e da política nacional, considerando os resultados no IDEB.

Por fim, os dados revelam pontos a serem considerados em possibilidades futuras de estudo, portanto, não esgotando o trabalho aqui, visto que serve de pano de fundo para outras pesquisas, inclusive, considerando os resultados da política municipal objeto desta investigação.

Referências Bibliográficas

AFONSO, A. J. Mudanças no estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 267-284, abr./jun. 2013.

AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional**: regulação e emancipação. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

AFONSO, A. J. Políticas avaliativas e *accountability* em educação – subsídios para um debate iberoamericano. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**. nº 9. p. 57-70. maio/ago 2009b.

ALAVARSE, O. M.; BRAVO, M. H.; MACHADO, C. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, 2013.

ALBUQUERQUE, P. D.; FERREIRA, A. G.; BARREIRA, C. M. F. As inspeções/avaliações externas de escolas: efeitos nas instituições escolares descritos em artigos publicados desde 2016. **Educ. Form.**, [S. l.], v. 7, p. e7068, 2022. DOI: 10.25053/redufor.v7i1.7068. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/7068>. Acesso em: 28 set. 2022.

ANDRIOLA, W. B. Propostas estatais voltadas à avaliação do Ensino Superior brasileiro: Breve retrospectiva histórica do período 1983-2008. **Revista Electrónica Iberoamericana Sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 6, p. 127-148, 2008.

ANDRIOLA, W. B. Factores caracterizadores de centros educativos eficaces. **Bordón: Revista de Pedagogia**, v. 53, n. 2, p. 175 -183, 2001.

ARAÚJO, K. H. **Os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das apoiadas de Caucaia no ano de 2009**. 2016. (Dissertação de Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2016.

ARAÚJO, K.; LEITE, R. H.; ANDRIOLA, W. B. Prêmios para escolas e professores com base no desempenho acadêmico discente: A experiência do estado do Ceará (Brasil). **Revista Linhas**, v. 20, n. 42, p. 303-325, 2019.

BALL, S. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n. 126, p. 539-564, 2005.

BALL, S. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**, p. 37-55. maio/ ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15865/9445>. Acesso em: 15 junho. 2022.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três Gerações de Avaliação da Educação Básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr/jun, 2012.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo, v. 2, p. 17-79. 2011.

CASSETARI, Nathália. Principais modelos de remuneração por desempenho para professores no Brasil. 17p. **ANPAE**, 2012. Disponível em:

https://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/NathaliaCassettari_res_int_GT2.pdf. Acesso em: 15 junho de 2022.

COSTA, A. G. **A política educacional cearense no (des)compasso da accountability**. 2020. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

COSTA, A. G.; VIDAL, E. M. (2020). Concepções e implicações da Accountability educacional no Brasil: o estado da questão (2006 - 2018). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, 13(32), 1-23. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.13903> . Acesso: 20 de junho de 2022.

COSTA, A. G.; VIDAL, E. M.; MONTE, A. L. L. do C.; VIEIRA, S. L. Políticas de avaliação externa e suas interfaces com as ações municipais: o caso de cinco municípios cearenses. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 13, p. 1-21, 2019.

COSTA, E. A. da S.; LIMA, M. S. L. O olhar do Gestor sobre a Cultura Avaliativa no Contexto Escolar. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 116-132, maio/ago. 2013.

DANTAS, L. M. **Avaliação externa e prática docente: o caso do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) em uma escola em Maracanaú-CE**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

FREITAS, D. N. T. de; OVANDO, N. G. A avaliação educacional em contextos municipais. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 36, n. 133, p. 963-984, dez. 2015.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**. v. 33, n. 119, p. 379-404. abr./jun. 2012.

LIMA, A. C. **O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) como Expressão da Política Pública de Avaliação Educacional do Estado**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007. 261 p.

MENDES, G. da S. Uma reflexão sobre educação: currículo. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. e335491, 2021. DOI: 10.47149/pemo.v3i3.5491. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/5491>. Acesso em: 28 set. 2022.

NARDI, E.; SCHNEIDER, M. P. Políticas de Accountability na Educação Básica: repercussões em municípios catarinenses. **ANPED**. 2012. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt05-1408_int.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2022.

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. Incentivos monetários para professores: avaliação, gestão e responsabilização na Educação Básica. **Cadernos de Pesquisa**. v. 44, n. 152, p. 424-448, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/QBXRL8n6tz8hctd9jvfnWfP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 ago. 2014.

SCHERER, Susana Schneid. **A performatividade e o trabalho docente na escola pública**: concepções e alguns de seus efeitos. Orientadora: Maria de Fátima Cossio. 2020. 224 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

SANTOS, F.D.G. **Impactos gerados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) na melhoria do Ensino e Aprendizagem no Ensino Médio**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. 191p. Dissertação de Mestrado, 2010.

SILVA, A. F. Políticas de accountability na Educação Básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, 32(2), 509–526. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol32n22016.59520> Acesso em 22 de junho de 2022.

SILVA, L. M. **Avaliações em Larga Escala na Alfabetização**: Contextos No Ensino Público De Um Município Do Estado Do Ceará. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15717/1/2016_dis_lmsilva.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

SILVA, A. B.; ANDRIOLA, W. B. Avaliações da educação básica em municipalidades do Ceará: 30 anos de história. **Estudos Em Avaliação Educacional**, v. 34, e09040, 2023.